

**livros**





## O sentido da participação social na cultura

---

*Juca Ferreira*

---

*Cultura e participação – políticas culturais no Brasil, de Gustavo Vidigal e Mauricio Trindade da Silva (orgs.), São Paulo, Sesc, 2021, 36 p.*

A

são fundamentais para o nosso país.

Divisão de competências entre os entes da federação, marco legal atualizado, organização administrativa específica e orçamento próprio para manter uma estrutura operacional permanente, com profissionais capacitados para garantir a prestação contínua dos serviços necessários, são elementos que explicam em parte o sucesso desse sistema que organiza a atuação do Estado brasileiro. Saúde, educação, cultura e meio ambiente são setores em que o Estado é o mais importante prestador de serviços. Essa atuação do setor público, política, portanto, não é possível de se realizar sem um nível de organização, divisão de trabalho e capacidade executiva. E recursos, claro.

pandemia tem nos mostrado que os sistemas de políticas públicas, como o Sistema Único de Saúde (SUS),

Mesmo mantidos em uma permanente precariedade, a nossa experiência mostra que esses sistemas públicos são fundamentais para a sociedade.

Imaginem a situação de nosso país em meio à pandemia de covid-19 sem o SUS. E mesmo no dia a dia, com suas demandas de atendimento e serviços na área da saúde... Não é difícil. Imaginem o país sem o sistema da Educação. É só ver a situação das políticas públicas culturais na atualidade depois da extinção do MinC e da demolição das políticas, programas e serviços para ter compreensão da importância de um Estado competente para cumprir suas missões.

A ausência de um sistema nacional de políticas culturais estruturado fez com que as ações públicas para dança, circo, cinema, artes visuais e música, por exemplo, entrassem em colapso assim que Bol-

---

**JUCA FERREIRA** é sociólogo e ex-ministro da Cultura nos governos Lula e Dilma Rousseff.

sonaro assumiu o governo federal. Não deveria ser assim. Cultura é uma necessidade básica e um direito.

Quando assumimos o extinto Ministério da Cultura (MinC), durante o primeiro governo Lula, em 2003, nossa tarefa foi dar continuidade ao processo de institucionalização das políticas culturais dentro do governo federal. Importante frisar que o termo “institucionalizar” significa intensificar o processo, em curso, de organizar as políticas públicas dentro desse ente da federação, ou seja, dar institucionalidade a algo que antes era precário, descontinuado, imprevisível e desorganizado.

O próximo passo foi pensar como organizar as políticas culturais para os anos vindouros e, inspirados no SUS e respeitando as devidas diferenças, começamos a construir o Sistema Nacional de Cultura (SNC)<sup>1</sup>. A equipe do MinC formulou, então, uma proposta de Fundo, Plano e Conselho que seriam os pilares das políticas nacionais. Importante frisar que, a exemplo do governo federal, estados e municípios deveriam seguir o exemplo e organizar estruturas próprias para as políticas culturais. Desse modo teríamos, em pouco tempo, secretarias ou fundações estaduais e municipais de Cultura com os seus respectivos planos, conselhos e fundos específicos para a temática. Outro objetivo a ser alcançado com a organização da atuação do Estado nesse campo era trazer para o cotidiano dos trabalhadores da cultura, como artistas, diretores e produtores, a semântica das políticas públicas. Orçamento,

Plano Plurianual (PPA), diretrizes e metas, conselhos setoriais, planos setoriais para as linguagens artísticas e muitas outras palavras que, uma vez incorporadas ao dia a dia da cultura nacional, poderiam significar recursos permanentes, planejamento de curto, médio e longo prazo e participação social institucionalizada para o Brasil.

A partir de 2007 essas propostas ganharam concretude e começaram a sair do papel. O Plano Nacional de Cultura (PNC)<sup>2</sup> foi debatido pela classe cultural ao longo de 27 seminários regionais e finalmente entregue ao Congresso Nacional para a tramitação legislativa, que culminou, em 2010, na sua aprovação e transformação na Lei 12.343/2010. O Fundo Nacional de Cultura sofreu uma série de atualizações e nossa meta, ainda em 2010, era chegar ao tão sonhado 1% do orçamento total da União destinado às políticas culturais. Por fim, o espaço de participação institucional do MinC: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)<sup>3</sup>, composto de representantes eleitos democraticamente em todo o país, e cujo lançamento, em 2007, concretizou o SNC. Importante frisar que em sua configuração inicial, de 2007, o plenário do CNPC<sup>4</sup> era composto de representantes do governo federal, do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura, das entidades municipalistas (FNP, ABM

---

1 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm).

---

2 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm).

3 Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-9.891-de-27-de-junho-de-2019-179415068>.

4 Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100329005648/http://www.cultura.gov.br/cnpc/plenario/membros-do-plenario>.

## livros

e CNM), representantes de entidades de pesquisa e ensino superior, do Sistema S e de um amplo espectro de linguagens artísticas – tais como artes visuais, música erudita, música popular, teatro, dança, circo, audiovisual, livro e leitura, artes digitais, culturas afro-brasileiras, povos indígenas, culturas populares, museus, arquivos, patrimônio imaterial e patrimônio material –, além de representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Ministério Público Federal.

De 2007 em diante o CNPC passou a funcionar periodicamente e, uma vez consolidado, foi possível organizar e dar institucionalidade aos Colegiados Setoriais, cuja tarefa primordial era desenvolver políticas públicas específicas para as linguagens artísticas. Como fruto desse trabalho o país pôde contar, até 2010, com o Plano Setorial da Dança, do Circo, da Música, dentre outros. O CNPC e os Colegiados Setoriais representaram um salto de organização política da sociedade civil cultural, que passou a interferir diretamente no ciclo das políticas públicas nacionais. Formulação, monitoramento e avaliação das ações do MinC passaram a ter a participação de representantes de entidades, grupos e movimentos da cultura de todo o Brasil.

Muitos estados seguiram o exemplo. A Bahia instalou seu Sistema Estadual de Cultura em 2011<sup>5</sup>. A partir de novembro de 2014, entra em vigor o Plano Estadual de Cultura<sup>6</sup> baiano. O estado do Rio Grande do

Sul promulga o Sistema Estadual de Cultura em 2013<sup>7</sup> e seu Plano Estadual de Cultura data de 2015<sup>8</sup>. Alguns municípios também. Recife (PE) tem seu Plano Municipal de Cultura desde 2009<sup>9</sup> e Rio Branco (AC) instituiu o Plano Municipal de Cultura em 2012<sup>10</sup>. A cidade de São Paulo (SP) conta com o Sistema Municipal de Cultura desde 2016<sup>11</sup>. Conselho Nacional de Política Cultural, Plano Nacional de Cultura e Fundo Nacional de Cultura foram, e em alguma medida ainda são, os elementos estruturantes das políticas nacionais de cultura no Brasil.

O livro *Cultura e participação – políticas culturais no Brasil* (Sesc, 2021) trata da construção, funcionamento e funcionalidade do CNPC. Neste livro alguns temas são trabalhados, como a difícil construção das políticas culturais no Brasil, seu caminho por vezes tortuoso mas de futuro muito promissor. Também coloca para o debate público a questão da institucionalização da participação social no campo cultural e do lugar do ativismo na expansão, ou retrocesso, da ação política pautada por preceitos culturais. Avança inclusive no difícil debate

---

5 Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>.

6 Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/publicacaolegislaodaculturanaBahia.pdf>.

---

7 Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191056/31165639-lei-do-sistema-estadual-de-cultura.pdf>.

8 Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191058/31165846-lei-do-plano-estadual-de-cultura.pdf>.

9 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2009/1757/17576/lei-ordinaria-n-17576-2009-institui-o-plano-municipal-de-cultura-do-recife-para-o-decenio-20092019>.

10 Disponível em: <http://portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wp-content/uploads/2012/05/LEI-Nº-1.953-de-27.12.2012-INSTITUI-O-PLANO-MUNICIPAL-DE-CULTURA.pdf>.

11 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=20759>.

sobre a representação política dos segmentos culturais. O lugar do Estado e dos direitos sociais culturais e a difícil conjuntura política que vivemos também são temas abordados neste livro. Vale destacar o texto do ator, diretor e ex-secretário da Diversidade do MinC, Sérgio Mamberti, que faleceu recentemente. Seu texto enfatiza o caráter libertador da cultura:

“Cultura é o modo pelo qual os homens criam símbolos, valores, práticas, comportamentos e sentidos. É no plano cultural que se encontra a possibilidade maior de superação da barbárie e da conceituação de uma outra ordem democrática, justa e pluralista entre nós”.

A publicação tem como eixo a centralidade da cultura na vida de uma sociedade que almeja ter uma proposta civilizatória. Fala, portanto, da democracia e de seus inúmeros desafios em nosso país. Avança no diagnóstico da crise atual e das possíveis formas de sua superação, como exposto neste trecho, de autoria da professora Luciana Tatagiba, da Ciência Política da Unicamp:

“Em síntese, os governos petistas, com todas as suas contradições, colocou em rota de colisão eixos que corriam em paralelo: a democracia e as desigualdades. O novo *round* da luta contra a desdemocratização em curso parte desse choque, o que não é pouco para um país que ainda precisa reparar a escravidão e todas as suas expressões hodiernas. O fim do ciclo da esquerda no poder parece ser também o começo de um novo ciclo da democracia brasileira. Esse ciclo, cujos contornos ainda não conseguimos divisar, certamente parte dos importantes legados dos governos de esquerda, mas irá também requerer coragem para superar os seus limites”.

No próximo ciclo democrático precisaremos recorrer a esse legado da experiência a fim de capacitar o Estado democrático para realizar com eficiência e eficácia sua responsabilidade no processo de desenvolvimento cultural da sociedade e para a democratização do acesso. Em outras palavras, universalizar o acesso pleno à cultura, garantir que todos os brasileiros e brasileiras possam ter acesso à cultura e às artes sem os limites e barreiras atuais.

